

# CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME LV • 2016

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOSÉ CARDIM RIBEIRO  
*Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas*  
jcardim@sapo.pt

EM TORNO DA REVISÃO DE *CIL* II 265

CONCERNING THE REVISION OF *CIL* II 265  
“Conimbriga” LV (2016) p. 157-191

[https://doi.org/10.14195/1647-8657\\_55\\_10](https://doi.org/10.14195/1647-8657_55_10)

**RESUMO:** Nos meados do séc. XVIII um lavrador descobriu acidentalmente entre Armês e Lameiras, Sintra – “Zona Oeste” do Município Olisiponense – uma lápide romana com duplo epitáfio gravado em duas colunas paralelas. Deste achado, entretanto novamente perdido, possuímos apenas uma transcrição manuscrita conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (COD. 425 fl. 94), exarada por um anónimo antiquarista que chegou a analisar o monumento *in loco*. Porém não se apercebeu estar perante uma epígrafe distribuída em duas colunas, copiando pois as letras ao corrido, sem respeitar nem separação de colunas nem, mesmo, de linhas, resultando assim um texto caótico e *a priori* incompreensível. Hübner (in *CIL* II 265) tentou reconstituir o original, mas pressupondo que a primeira palavra, que considerou abreviada, era comum aos dois epitáfios, enveredou por um caminho complexo e equívoco que admitia dois antropónimos supostamente paleohispânicos de todo desconhecidos – \**Alteciniris* (gen.) e \**Licassi* (gen.) –, bem como o desempenho da augustalidade por escravos. Devido à autoridade do autor de *CIL* II estas anomalias foram aceites por outros investigadores, alguns de incontestável prestígio, embora também tenham surgido vozes discordantes e mesmo cépticas. Reexaminando o manuscrito setecentista, procurámos nele indícios que nos permitissem, sem preconceitos prévios, elaborar uma renovada restituição da epígrafe original. O resultado conseguido aponta para um texto normal e desprovido de estranhezas ou irregularidades: trata-se tão-só,

*Conimbriga*, 55 (2016) 157-191

afinal, dos paralelos epitáfios de dois escravos, *Augustinus G(aii) Licini(i) Bassi ser(vus)* e *Euticus L(ucii) Cassi(i) Alteris ser(vus)* – que aliás não apresentam quaisquer cargos mas, apenas, os respectivos elementos onomásticos identificadores. Mais tarde veio a surgir, no mesmo sítio arqueológico, uma nova lápide cujo teor confirma, de algum modo, a nossa anterior reconstituição: trata-se da estela funerária de [-] *Licinius Bassus*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Augustais; antropónimo paleohispânica; reconstituição epigráfica.

**ABSTRACT:** In the mid-18th century a farmer accidentally discovered, between Armês and Lameiras, Sintra – “Western zone” of the *municipium* of *Olisipo* – a roman stone with a double epitaph engraved in two text columns side by side. Of this finding, meanwhile lost again, we have only a transcription kept in the Biblioteca Nacional de Lisboa (COD. 425 fl. 94), hand-written by an anonymous antiquarian who observed the monument *in loco*. He didn’t, however, realize the epigraph was distributed in two columns, and he transcribed the full lines from left to right not minding the separation between columns or even between lines. As a result, he left a chaotic and, at first sight, incomprehensible text. Hübner (in *CIL* II 265) attempted to reconstitute the original text but, having assumed that the first word, which he deemed an abbreviation, was common to both epitaphs, he took a complicated and equivocal course of reasoning that relied on the proposition of two pretensely palaeohispanic anthroponyms completely unknown: *\*Alteciniris* (gen.) e *\*Licassi* (gen.); and also on an augustal status held by slaves. Due to the authority of the author of *CIL* II these anomalies were accepted by other investigators, some of high prestige, although others showed some dissent and skepticism. Returning to the original manuscript, we looked in it for clues that might allow, without preconceptions, to elaborate a new reconstitution of the original epigraph. The result is a normal text, devoid of irregularities or inconsistencies: nothing more than the parallel epitaphs of two slaves, *Augustinus G(aii) Licini(i) Bassi ser(vus)* and *Euticus L(ucii) Cassi(i) Alteris ser(vus)* – without any religious role but, solely, their identifying onomastic elements. Later, at the same archaeological site, a further inscription appeared that somehow helps to confirm our reconstitution: the funerary stele of [-] *Licinius Bassus*.

**KEYWORDS:** Augustales; palaeohispanic anthroponymy; epigraphic reconstitution.

## EM TORNO DA REVISÃO DE *CIL* II 265

*Josepho ab Incarnatione  
optimo amico ac  
praeclarissimo viro  
d. d. d.*

### **1. O indecifrado duplo epitáfio de *Augustinus G(aii) Licini(i) Bassi ser(vus)* e de *Euticus L(ucii) Cassi(i) Alteris ser(vus)***

#### **1.1. Os dados da questão**

Hübner, in *CIL* II 265, publica, com exclusiva base numa transcrição patente em antigo manuscrito anónimo conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, uma epígrafe funerária – entendida como assaz complexa – oriunda de Armês/Lameiras, termo de Sintra (*agri* occidentais do Município Olisiponense), descoberta por meados do século XVIII e ulteriormente desaparecida.

Visto que todas as diligências efectuadas no intuito de redescobrir o monumento têm, até hoje, resultado vãs, restam-nos pois a reconstituição de Hübner e o registo em que este autor se fundamentou, como únicos testemunhos conducentes à análise, ainda que indirecta, da inscrição em causa.

#### **1.2. O manuscrito e a respectiva transcrição epigráfica**

O manuscrito onde vem copiado este duplo epitáfio está incluído numa miscelânea formada por «documentos sobre moedas e inscrições

epigráficas sobretudo romanas<sup>1</sup>», organizada em volume conservado na referida biblioteca, COD. 425. Trata-se de um conjunto de papéis sobre antiguidades de Portugal, papéis esses que pertenceram nomeadamente uns a Jerónimo Contador de Argote, outros a Caetano de Bem, quer autógrafos destes eruditos quer cartas e apontamentos a eles enviados por terceiros, na sua maioria anónimos (cf. Vieira da SILVA 1944: 291)<sup>2</sup>.

A *scheda* que nos interessa corresponde hoje ao fólio 94 do códice (FIG. 1). Inicialmente, porém, constituía um desgarrado apontamento lançado no recto do primeiro de dois fólhos entre si ligados, o último em branco (fl. 95 no códice), bifólio que – através dos vincos paralelos e perpendiculares, dois verticais e três horizontais, subsistentes sobre a sua superfície – se vê ter sido dobrado de forma regular até formar um pequeno quadrado facilmente guardável e remissível. Hübner (comentário a CIL II 265) refere-o como «Argote ms. (...) qui ab amicis accepit», decerto porque o documento se encontra numa parte do volume onde existem elementos atribuídos a este académico ou com ele relacionados. Do mesmo modo reporta a Argote as epígrafes olisiponenses CIL II 222a e 222b, patentes logo atrás, respectivamente nos fls. 92 e 93; dedução conjuntural que todavia não convence Vieira da SILVA (1944: 250 e 291-292), investigador que, atendendo à comum presença no volume de «papéis do P.<sup>o</sup> D. T. Caetano de Bem, de Contador de Argote, e de outras pessoas», não encontra razões para decidir *a priori* se as inscrições exaradas em caligrafias alheias se relacionam com um ou com outro, não deixando no entanto de acrescentar que o facto de muitos dos textos lisboetas ali patentes terem sido explicitamente recolhidos por Caetano de Bem o leva a considerar mais provável que os restantes de idêntica proveniência possuam afinal a mesma origem.

No particular da epígrafe em estudo e do anónimo comentário que a acompanha, em letra cujo autor não logamos identificar – mas que diverge claramente quer da de Argote quer da de Bem –, pouco nos importa saber a qual desses académicos tal documento foi remetido, ou a outro qualquer menos conhecido antiquarista de Setecentos. Interessava, sim, datar o registo – com probabilidade, conforme já dissemos, de meados do séc. XVIII, atendendo ao exame paleográfico – e, acima

---

<sup>1</sup> Assim vem descrito na respectiva ficha de inventário da Biblioteca Nacional.

<sup>2</sup> Quanto a Dom Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), vd. BEM 1794: 200-231; e, quanto a Dom Thomaz Caetano de Bem (1718-1797), vd. STOCKLER 1826: 1-25.

de tudo, analisá-lo de forma a procurar recuperar um texto epigráfico omissos noutras fontes e aqui aparentemente subvertido.

O apontamento inicia-se por uma breve nota onde são referidas (a) a localização da lápide, «no caminho que vai do Casal do Vale para o Penedo das Lameiras, termo da Vila de Sintra»; (b) as condições de descoberta, «achada pelo lavrador do dito casal (...) andando lavrando» (c) a ocasião, «o ano passado» [infelizmente ignoramos o referente]; por fim, (d) a descrição, «é lavrada e ovada». Segue-se a transcrição epigráfica. Reproduzamos estes dados, conforme constam do manuscrito:

*«A pedra que está no caminho que vay do Casal do Valle p(ar)a o penedo do Lugar / das Lameyras termo da V(ill)a de Cintra, foi achada pello lavrador do d(i)to Casal / o anno paçado andando lavrando o qual ár(r)encou, e deitou no caminho, he lavra-/da, e ovada.»*

AVGVST. EVIICV S•L•INVS•  
G•LI CASSI•ALFECINI•  
BASSIRIS•SER•H•S•ESER  
H•S•E

A relativa mas inesperada dificuldade do original – redigido, como veremos, em duas colunas paralelas –, provocou assim uma deficiente transcrição por parte do anónimo autor setecentista, o qual, não tendo percebido estar perante um duplo epitáfio, copiou as letras ao corrido, amalgamando num todo indiferenciado as palavras de ambas as inscrições. Não tendo sequer respeitado a real separação das linhas, apresenta-nos um texto caótico e dividido de forma em absoluto arbitrária.

Certos pormenores do registo deixam-nos na dúvida se o autor tentou ainda assim conscientemente indicar caracteres truncados e certos pormenores paleográficos, ou se afinal não apreendeu o significado de vários signos e assim se limitou a desenhá-los mais ou menos à vista. É o caso do T incompleto com que finaliza a primeira palavra – aliás seguido de um pequeno ponto na sua base, bem diferente dos separadores triangulares ou pequenas *hederæ distinguentes* que a seguir reproduz com evidente fidelidade do original, o que nos leva a crer haver decidido indicar daquele modo um vocábulo por ele entendido como abreviado; o mesmo Γ por T surge-nos ainda no derradeiro conjunto literal da linha 2; curiosamente coloca pontos superiores em dois II, nas

linhas 1 e 3, revelando assim ter compreendido o seu valor literal; mas, por outro lado, omite-os em seis outros casos e, na linha 1, representa como se fôra um destoutros II o T de EVTICVS.

Somos pois forçados a constatar que o perplexo transcritor procurou suprir a sua manifesta incompreensão do texto através de um inusitado rigor quanto ao desenho das letras e traços que logrou ver. Salientemos, a título de exemplo, os CC muito abertos, nos quais se sente o original *ductus* a dois tempos; os EE ostentando barras curtas e iguais entre si; o N inclinado sobre a direita, na linha 1; os sinuosos SS; os característicos TT, de barra curta e avançada sobre a direita.

Fica-se pois com a noção de terem sido registados, com especial detalhe, todos os símbolos patentes no monumento epigráfico que se tentava decifrar, ainda que se haja inconscientemente falhado a sua verdadeira sequência textual, frustrada pelo registo acrítico de uma aparente sequência linear. Assim, torna-se legítimo supor que a anónima cópia contenha, potencialmente, todos os dados necessários à correcta interpretação do texto original, porventura evidenciável após criteriosa análise hermenêutica.

Nesta óptica e atendendo ao final conservado – SER.H.S.ESER/H.S.E –, podem desde logo tirar-se, como já o fez Hübner, três ilações positivas quanto à constituição da presente epígrafe: (a) conteúdo de cariz funerário; (b) dois epitáfios, respectivamente redigidos em duas colunas, aliás rematados do mesmo modo, SER H.S.E; (c) condição servil de ambos os defuntos. Assim, as linhas superiores deverão fundamentalmente conter vários antropónimos, designando quer estes escravos, quer os seus proprietários.

### 1.3. A interpretação de Hübner e respectivas consequências

Com base nas anteriores premissas, propôs o autor do *CIL II* a seguinte reconstituição:

AVGVST	
EVTICVS	L I N V S
G•LICASSI	ALFECINI
BASSI	RIS
SER•H•S•E	SER•H•S•E

E, em comentário, esclarece:

«Id est: *August(ales)* sive *August(alium)*? *Eutic[h]us* ..... *Bassi ser(vus) h.s.e.*, *Linus*..... *ser(vus) h.s.e.*».

Aceitando-se esta versão, passaríamos a dispor dos subsequentes elementos de análise:

- (a) Dois escravos, ambos ostentando antropónimos de origem grega, *Eutic(h)us* e *Linus* (cf., v.g., SOLIN 1982: 801-806 e 499). Para qualquer deles conhecia Hübner paralelos peninsulares [*Eutic(h)us*: CIL II 182, 3593, 4292, 5263, 5268 e 4975<sup>21</sup>; *Linus*: 4970<sup>265</sup>]<sup>3</sup>.
- (b) Dois indivíduos, proprietários de *Eutic(h)us* e de *Linus*, respectivamente designados por *G. \*Licassi Bassi* (gen.) e por *\*Alteciniris* (gen.). Se *Bassus* seria um *cognomen* de provável origem osca mas muito vulgarizado no Império (cf., v.g., TLL II col. 1778; ERNOUT/MEILLET 1985<sup>2</sup>: 67 col. 2; Lörincz/Redő 1994: 275-277), inclusive na *Hispania* (CIL II 198, 774, 775, 1506, 1710, 1973, 2040, 2222, 2399, 4559, 5091, 5208, 5792, 6091, 4970<sup>83/84/200</sup> e 4974<sup>7</sup>)<sup>4</sup>, já *\*Licassi* (gen.) e *\*Alteciniris* (gen.) constituíam casos de *hápax*, quer a nível peninsular, quer mesmo a nível geral.
- (c) A presença de mais dois *augustales*, aumentando a série de casos olisiponenses já então registados [CIL II 175 (2 ex.), 181, 182 (2 ex.), 183/196]. Desta vez, porém, contra todos os conhecimentos práticos e teóricos, não se tratava de libertos, como é vulgar, mas de simples escravos.

As pretensas singularidades onomásticas e jurídicas do monumento de Armês/Lameiras tiveram, naturalmente, eco em vários autores, provocando algumas vezes atitudes de aceitação, outras de repúdio, ou ainda de mera dúvida. Concretizemos, embora sem preocupações de total exaustividade:

<sup>3</sup> Vd., hoje em dia, ABASCAL 1994: 355 col. 2 (*Eutichus*, *Euticus*), 356 col. 1 (*Eutyclus*) e 400-401 (*Linus*); LOZANO 1998: 95-96, 217, 243, 263 (*Eutic(h)us*) e 126 (*Linus*); e, designadamente quanto à *Provincia Lusitania*, AALR: 167-168 e mapa 118 bis (*Eutic(h)us*).

<sup>4</sup> Vd., hoje em dia, ABASCAL 1994: 299; e, designadamente quanto à *Provincia Lusitania*, AALR: 114 e mapa 56.

#### 1.4. Os antropónimos desconhecidos

##### \**Alteciniris* (gen.):

Este hipotético antropónimo foi, desde a primeira hora, rejeitado praticamente por todos os autores. Assim, o próprio Hübner omite-o nos índices do *CIL* II, quer nos *nomina* quer nos *cognomina*. Ainda que se pudesse, talvez, supor estar perante uma formação de tipo indígena – porventura de radical idêntico a *Alticus*, in *CIL* II 802, de Coria –, a verdade é que não consta no *corpus* de HOLDER (1961-1962<sup>2</sup>) nem, mais tarde, nos de PALOMAR (1957) ou de ALBERTOS (1964-1965; 1966; 1972).

A primeira exceção surge-nos com Julio MANGAS (1971: 164 e 201) que, como proprietário de *Linus ser(vus)*, indica expressamente *Alfeciniris* [*sic* – transformando em F o T de barra avançada sobre a direita, pormenor paleográfico que Hübner reteve da versão manuscrita]<sup>5</sup>. Também ABASCAL (1994: 267 col. 1) assinala *Alfeciniris* entre os *cognomina*, embora acompanhado de interrogação. Por sua vez VALLEJO (2005: 127) reconstitui, a partir da leitura de Hübner, uma forma genitiva *Altecini* (*Linus Altecini*), que sem hesitar adiciona aos antropónimos lusitanos de base *altic-* – como, precisamente, *Alticus/-a* e, ainda, *Alticon*. Este nome, em qualquer das suas versões, vem porém a ser recusado no *AALR*, onde não aparece.

##### \**Licassi* (gen.):

Hübner (in *CIL* II p. 1066 col. 1) indexa, de forma algo inesperada entre os gentilícios<sup>6</sup> – ainda que assinalado por um asterisco expressando dúvida –, \**G. Licassius* [...] *Bassus*.

Holder não recolhe este pretenso antropónimo, mas PALOMAR (1957: 77 e 120) retoma-o, seriando o genitivo *Licassi* e confrontando-o com os nomes *Licira/Lecira* e *Licirni* (gen.); menciona ainda, a

<sup>5</sup> Curiosamente não encontramos, quanto a esta admissão por parte de Mangas, a previsível reacção negativa de ÉTIENNE (1976) na acerba crítica que faz à obra deste autor.

<sup>6</sup> Admitindo que \**Licassi* pudesse representar um antropónimo paleohispânico, o conjunto *G. \*Licassi Bassi* haveria de ter sido preferencialmente entendido como uma formação onomástica peregrina em processo de romanização, constituída por *praenomen*, nome individual e patronímico: «*Euticus*, escravo de *G(aius) \*Licassus* (filho) de *Bassus*».

propósito, a relativa abundância de formações onomásticas “célticas” apresentando um radical *Lic-*, e utiliza o caso em análise como exemplo hispânico de geminação em sufixos com *-(a)s-*. De igual modo ALBERTOS (1966: 132), depois de recordar a elevada frequência peninsular do referido radical, evidencia *Licassi*, «gen. de Lameiras, Lisboa, en Lusitania», relacionando-o com *\*licca*, ‘pedra’. Repare-se que esta autora não recusa nem revê a sua posição no rigoroso estudo em que ulteriormente corrige ou exclui nomes pessoais entretanto considerados dubitativos, ou mesmo inexistentes (ALBERTOS: 1977).

Também Julio MANGAS (1971: *loc. cit.*) aceita *Licassi*. E nós próprios o admitimos, há largos anos, não obstante certas hesitações (CARDIM-RIBEIRO 1974/77: 312). SOLIN/SALOMIES (1988: 104), com base exclusiva em *CIL II 265*, inserem interrogativamente esta forma entre os gentílios, *Licassius* (?). O mesmo faz ABASCAL (1994: 168 col. 2), que porém escreve LICASIVS.

José María VALLEJO (2005: 328), se não deixa de assinalar o presente nome juntamente com os antropónimos lusitanos de base *lec-/lic-*, evidencia porém que «la forma *Licassi* presenta una lectura algo dudosa y, a pesar de que la raíz es abundante, las formaciones en *-as-* son muy escasas». Quanto ao *AALR*, não só o exclui mas – pela primeira vez – nele entrevê uma deturpação do vulgaríssimo gentílico *Licinius*, embora considere estar perante um registo abreviado e hesite na reconstituição contextual: *G. Lic(ini) Bassi* (114); *Eutichus G. Lic. Bassi ser.* (168); *C. Lic(ini) {Cass} Bassi* (213).

### 1.5. O antropónimos sobranste: *Linus*

Fora os controversos *\*Alteciniris* e *\*Licassi*, três antropónimos ‘normais’ parecem constar também na epígrafe de Armês/Lameiras, segundo a reconstituição in *CIL II 265*: os *cognomina Bassus, Euticus* e *Linus*. Mas, atendendo à aparente inconsistência da proposta hübnerriana, poderemos legitimamente questionar se, de facto, todos eles se verificariam, ou não, no texto original.

Já atrás nos referimos à banalidade dos antropónimos *Bassus* e *Euticus*, quer pelo Império, quer nas províncias hispánicas, quer ainda em concreto na Lusitânia. Também em *Olisipo* ambos são conhecidos através de registos seguros: *M. Petronius M. f. Gal. Bassus* (*CIL II 198*); e *C. Iulius Eutichus* (*CIL II 182*) – a que devere-

mos, creio, acrescentar hoje outro [E]VTICV[S] (DIOGO/TRINDADE, 1995)<sup>7</sup>.

Contrariamente, o nome pessoal *Linus*, de origem grega, conquanto documentado em Roma 8 ou 9 vezes (SOLIN 1982: 499 col. 1) e nas províncias 9 (LÖRINCZ 2000: 28 col. 2, mas incluindo *CIL II 265*), na Hispânia romana reduz-se a uma única evidência, bética, se retirarmos o incerto exemplo de Armês/Lameiras (ABASCAL 1994: 401 col. 1; LOZANO 1998: 126, *C. Marcius Linus* de Ecija)<sup>8</sup>. Não sendo pois impossível, *a priori*, a sua presença em *CIL II 265*, de acordo com a versão de Hübner, dever-se-á no entanto ter cautela em aceitá-la como comprovada. Aliás, conforme constataremos adiante, tal precaução justificar-se-á inteiramente.

### 1.6. *Augustalis (...)* *servus*

A hipótese de atribuir a condição de *augustales* a dois escravos, que parece não ter chocado Hübner (cf. ainda *CIL II*: 1169 col. 1), foi adoptada, embora com várias ressalvas, por outros investigadores seus contemporâneos.

O primeiro, CICCOTTI (1891: 70), limita-se a reproduzir, sem comentar, a interpretação de Hübner: «*Augustales sive Augustalium (?)*». Segue-se PREMIERSTEIN (1961<sup>2</sup>: 841), que esclarece, antes de transcrever a epígrafe segundo a reconstituição do *CIL*: «Più singolare ancora appare la circostanza, che in due casi dei tutto speciali s'incontrano persino degli schiavi come *Augustales*, laddove dobbiamo considerarli esclusi

---

<sup>7</sup> Nesta truncada inscrição, descoberta durante os anos de 1960 no âmbito das primeiras escavações arqueológicas realizadas no teatro romano de Lisboa, os autores reconstituem do seguinte modo aquilo que resta da 2.<sup>a</sup> linha conservada: [...] VTIC(*ensis*) V [...], interpretação recolhida por ALVES DIAS (1988: 467 n.º 275) e pela *HEp* 6 n.º 1058, onde porém se afirma que «dado el mal estado de conservación del epígrafe cualquier interpretación resulta aventurada». Supomos, atendendo à frequência de antropónimos grecizantes em *Olisipo* – inclusive no teatro romano (cf. *CIL II* 196) –, contrastando com a relativa raridade na Península Ibérica da menção de *origo africana uticensis* (*CIL II* 17, de Mértola; *HEp* 1: n.º 691, de Vila Real; *HEp* 7: n.º 1154, de Serpa), e ainda à sequência CV constante na pedra, ser todavia assaz seguro considerar aqui uma leitura [E]VTICV[S], bem trivial e, assim, muitíssimo mais provável.

<sup>8</sup> Porém, quer nestas obras quer no *AALR* (214 col. 1) admite-se o caso *olisiponense* em análise.

del sevirato augustale: Olisipo (Lusitania) *CIL II 265* (certo d'età molto antica)» – [o outro texto evocado é *CIL II 2327*, de Peñaflor, *Baetica*, cuja crítica hoje unanimemente entende reportar-se a dois libertos (cf., v.g., ÉTIENNE 1974<sup>2</sup>: 253 e n. 4; SERRANO 1988: 100-101; *CILA II 166*)].

Na mesma direcção aponta NEUMANN (1896: col. 2354) ao escrever, a propósito da condição sócio-jurídica dos augustais: «es sind überwiegend Libertin (...) und ganz vereinzelt Slaven, nämlich in Olisipo in Lusitanien II 265 (...)».

Por sua vez, Leite de VASCONCELLOS (1913: 325 e n. 6) exemplifica, com o monumento das Lameiras, a existência de inscrições funerárias de augustais no *territorium* de *Olisipo*, não tecendo a propósito qualquer tipo de ressalvas. Mais tarde deparamos como nova aquiescência, desta vez por parte de Julio MANGAS (1971: *loc. cit.*), autor que expressamente aponta o cargo de *augustales* para os escravos olisiponenses *Euticus* e *Linus*; porém, no capítulo acerca das profissões e ofícios dos *servi* (vd. 78-93), não referencia a epígrafe em causa.

Na verdade, já antes ÉTIENNE (1974<sup>2</sup>: 252 n. 6) opinara de modo bastante diverso: «Contrairement au classement de Ciccotti et Premersstein, *CIL II, 265*, n'offre pas certainement deux *Augustales*. La transcription est peu sûre; il s'agit d'une inscription funéraire mentionnant deux esclaves et dont la première ligne AVGVST a été développé en *August(ales)* ou *August(alium)*. *Augustales* est à rejeter: des esclaves ne sauraient être *augustales* (...). *Augustalium* s'appliquerait au contraire aux patrons dont l'inscription fournit les noms. Mais la construction de l'inscription semblerait alors tourmentée». E, então, Étienne formula a seguinte pergunta: «Pourquoi ne pas voir dans AVGVST une dédicace à l'empereur vivant?» – hipótese que, todavia, não retoma mais à frente (290-292), ao tratar do culto municipal ao imperador vivo.

Atendendo aos ponderosos argumentos deste autor e apesar das afirmativas suposições anteriores, não deixámos de evidenciar já, também neste aspecto, o carácter controverso do texto de Armês/Lameiras (CARDIM-RIBEIRO 1974/77: 328 n. 196). Mas, a breve trecho, novas recusas irão surgindo, algumas tão só implícitas outras plenamente formais. Por exemplo, DUTHOY (1978), que significativamente exclui esta questão do seu actualizado e rigoroso estudo sobre os Augustais; GARCIA (1991: 167), omitindo os dois indivíduos patentes na inscrição em análise ao longo de uma listagem de *augustales* relativa a Lisboa e arredores; ou nós próprios, actuando de modo similar (CARDIM-RIBEIRO 1982-83: 228 e fig. 29). Por fim, José Miguel SERRANO (1988: 101)

declara, de forma peremptória e a propósito da dificultosa interpretação de *CIL II 265*: «hay que rechazar claramente la supuesta aparición de esclavos entre los Augustales».

### 1.7. Nova interpretação da epígrafe e análise do seu conteúdo

Mas, perguntamos, ¿teria Hübner total razão ao reconstituir daquela forma o perdido monumento de Armês/Lameiras? ¿Não haveria afinal outra hipótese, desprovida de especiais obstáculos interpretativos, para recuperar a mensagem epigráfica original, obscurecida através da imperfeita versão manuscrita que dela nos chegou?

Se a primeira das questões convida a uma resposta negativa, já o mesmo não acontece com a restante. A solução que em seguida indicaremos representa, pois, o repensar do texto exarado no códice da Biblioteca Nacional de Lisboa, condicionado embora pela prévia aceitação das três fundamentais premissas deduzidas já pelo autor de *CIL II*, essas sim absolutamente incontroversas e que ora nos cumpre recordar: (A) conteúdo de cariz funerário; (B) epitáfio duplo, redigido em duas colunas paralelas rematadas do mesmo modo; (C) condição servil de ambos os defuntos.

Porém, antes de apresentarmos na globalidade a nossa versão, convirá ainda expor, com algum detalhe, quais os raciocínios parcelares que a ela nos conduziram:

- (a) Nada, no manuscrito, autoriza a supor uma primeira linha comum aos dois epitáfios, devendo pois AVGVST iniciar apenas uma das colunas (a da esquerda, para o observador);
- (b) Os escravos, identificados cada qual por um único antropónimo, deverão apresentá-lo em nominativo, atendendo à inexistência de fórmulas dedicatórias;
- (c) Sendo provável que os textos de ambas as colunas comecem pela indicação desses nomes, consideramos AVGVST- como fazendo parte de um deles (o da coluna esquerda) e buscamos, na primeira regra manuscrita, possíveis formações onomásticas em *-us*;
- (d) Assim, encontramos a meio o antropónimo EVTICVS e, no final, -INVS, decerto a terminação do nominativo que ainda nos falta; se o grupo literal AVGVST- pertencer, como supomos,

- à designação de um dos escravos, torna-se legítimo identificar o outro com EVTICVS e considerar -INVS como sufixo do nome do primeiro: AVGVST-INVS;
- (e) A linha 1 da coluna sinistra apresentar-se-ia, pois, integralmente ocupada por AVGVST, principiando a linha 2 por INVS; por sua vez, EVTICVS iniciaria a linha 1 da coluna dextra, complementando-a um L ladeado por pontos;
- (f) Este L poderia constituir a sigla do *praenomen* do *dominus* de *Euticus*, visto que aos nomes dos dois escravos se deveriam suceder os antropónimos dos respectivos proprietários, em genitivo e, muito provavelmente, em formação trianominal;
- (g) Dentro desta ordem de ideias, haveria pois que procurar uma outra sigla de *praenomen*, além de dois gentilícios e de dois *cognomina* em genitivo; o G pontuado, no princípio da segunda regra manuscrita, indicaria assim o *praenomen* do *dominus* de *Augustinus*, cujo gentilício começaria por LI, grupo literal que de imediato se sucede;
- (h) Vem depois CASSI, interpretável como *nomen* do proprietário de *Euticus*: *L. Cassi(i)*;
- (i) E, no termo da segunda regra manuscrita, vemos CINI, atendível complemento de LI; o gentilício do proprietário de *Augustinus* seria, pois, *Licini(i)*, supondo distribuir-se este pelo final da linha 2 e princípio da linha 3 da coluna esquerda;
- (j) Deste modo, CASSI ocuparia o começo da linha 2 da coluna direita, a qual terminaria por ALTE – no manuscrito entre CASSI• e CINI• –, provável elemento inicial de *cognomen*;
- (l) Procuraremos, pois, os *cognomina* que nos faltam: logo no começo da terceira regra manuscrita encontramos BASSI; se *Alte-*, sucedendo-se a *Cassi(i)*, aponta o princípio do respectivo *cognomen*, já *Bassi* se deverá relacionar com *G. Licini(i)* e rematar a linha 3 da coluna esquerda;
- (m) Na terceira regra manuscrita resta-nos assim isolado, antes da primeira indicação *ser(vus)*, o grupo literal RIS, adequado complemento de ALTE: o *cognomen* de *L. Cassi(i)* surge indubitavelmente como *Alteris*;
- (n) O início da linha 3 da coluna direita conteria, pois, as letras RIS; suceder-se-ia, após um ponto, SER. H. S., terminando assim o epitáfio dextro;
- (o) A quarta e última linha do epitáfio sinistro apresentar-se-ia in-

tegralmente constituída por SER H.S.E, concluindo-se assim a transcrição analítica dos elementos patentes no texto manuscrito;

- (p) Refira-se ainda que a pontuação indicada no monumento se coaduna bastante bem com a nossa versão (contrariamente ao que sucede com a de Hübner): verificam-se pontos entre todos os elementos textuais, dentro de cada linha, excluindo entre SER e H.S.E na derradeira do epitáfio sinistro; e, também, ponto no final da primeira linha da coluna direita, depois da sigla do *praenomen* *L(ucii)*<sup>9</sup>.

Resta explicar porque adoptámos uma distribuição assimétrica entre as colunas, considerando a da esquerda formada por quatro linhas e a da direita apenas por três. De facto, poderíamos ter suposto uma solução equilibrada e em princípio mais normal, com duas linhas finais idênticas entre si, e uma penúltima linha dextra apenas ocupada pelas letras RIS, em posição centrada. No entanto, a atenta observação do manuscrito inviabiliza uma resolução deste tipo, conduzindo-nos inequivocamente para a primeira hipótese sugerida. Explicitemos:

O anónimo autor do manuscrito revela, como já evidenciámos e apesar da sua manifesta incompreensão do conjunto, grande atenção na cópia individual dos vários elementos constitutivos da epígrafe. Isto verifica-se não só a nível paleográfico, mas ainda quanto aos espaçamentos registados, reflexos mais ou menos inconscientes da realidade patente no monumento romano. Reparemos, assim, que entre AVGVST e EVTICVS, por um lado, e LI e CASSI, por outro, abrem-se distâncias correspondentes ao suposto intervalo medial intercolunar. Porém, o mesmo não acontece entre BASSI e RIS, situados a meio da regra que precisamente considerámos a mais densa da epígrafe: 9+9=18 letras<sup>10</sup>. Aqui o intervalo medial devia apresentar-se menor<sup>11</sup> e terá, assim, escapado à observação do anónimo transcritor – o que de modo algum

<sup>9</sup> Hübner, para conferir algum sentido à sua proposta, viu-se forçado a abandonar quase todas as indicações de pontuação contidas no manuscrito, excepto a seguir à sigla do *praenomen* *G(aii)*, antes das fórmulas finais e no interior destas últimas.

<sup>10</sup> Confronte-se com a linha 1: 6+8=14 letras; e com a linha 2: 7+9=16 letras.

<sup>11</sup> É provável, concretamente, que o -SI de BASSI avançasse sobre o espaço medial, já que a linha em que se inclui, na coluna sinistra, atinge 9 letras (+ 2 que a anterior e + 3 que a primeira e a quarta).

sucederia, muito pelo contrário, se a linha da coluna direita contivesse apenas RIS. Assim se explicará, também, o ponto existente entre RIS e SER<sup>12</sup>.

Virá a propósito referir que a assimetria verificada entre as duas colunas textuais da inscrição – aliada à elevada densidade literal da terceira regra – terá, segundo cremos, contribuído em grande medida para induzir à errónea leitura corrida e sequencial patente no manuscrito.

Expressas as bases e condicionantes em que nos apoiámos, passemos a apresentar na sua integridade a reconstituição da epígrafe que consideramos mais próxima da realidade:

A V G V S T	E V T I C V S • L •
INVS•G•LI	CASSI • ALTE
CINI•BASSI	RIS•SER•H•S•E
SER H•S•E	

Coluna sinistra: *August/inus.G(aii).Li/cini(i) Bassi / ser(vus) h(ic).s(itus).e(st) //*

Coluna dextra: *Euticus.L(ucii). / Cassi(i).Alte/ris.ser(vus).h(ic).s(itus).e(st) //*

«*Augustinus*, escravo de *Gaius Licinius Bassus*, está aqui sepultado. *Euticus*, escravo de *Lucius Cassius Alter*, está aqui sepultado».

### 1.8. Os antropónimos realmente patentes na epígrafe

Segundo a nossa opção interpretativa, os antropónimos realmente patentes nesta epígrafe são pois os *cognomina* *Alter*, *Augustinus*, *Bassus* e *Euticus*; e os gentílicos *Cassius* e *Licinius* – além dos *praenomina* *G(aius)* e *L(ucius)*.

---

<sup>12</sup> Note-se, porém, que quer tenhamos razão quanto à formação trilinear da coluna dextra, quer não – ignorando-se neste caso as especificidades do manuscrito e optando-se em alternativa por uma mais vulgar partição em quatro regras de ambas as colunas, assim concluídas do mesmo modo –, o teor da nossa restituição textual, que na verdade é aqui o mais importante, em nada se altera.

Entre todos, apenas *Bassus* e *Euticus* são comuns à presente restituição e à de Hübner. Destes nomes já falámos suficientemente. Apenas gostaríamos ainda, quanto a *Euticus*, de salientar a frequência com que surge em âmbito servil ou de origem servil, conforme se pode constatar, por exemplo, quer da ampla listagem de escravos assim designados presentes na cidade de Roma, elaborada por SOLIN (1996: 434-435), quer na qualificação de *incerti* que este mesmo autor atribui à maior parte dos restantes casos de *Eutic(h)us* de idêntica proveniência (SOLIN 1982: 801-806) – o que, evidentemente, denuncia o estatuto de libertos para muitos deles.

Quanto a *Augustinus*, que na inscrição de Armês/Lameiras designa o outro homem de extracção servil, no registo de KAJANTO (1982<sup>2</sup>: 316) encontramos-lo atribuído a 53 indivíduos<sup>13</sup>, dos quais tão-só dois indicam a respectiva condição de escravos ou libertos. Na Península Ibérica, em geral, este antropónimo consta 13 vezes (ABASCAL 1994: 292 col. 2), e na *Provincia Lusitania* especificamente sete (AALR: 106-107 e mapa 49) – isto sem contar com o exemplo em análise. Porém destacaremos que, agora, entre todos estes derradeiros testemunhos, avultam de forma muito marcada aqueles que se reportam explicita ou implicitamente a escravos<sup>14</sup> e libertos<sup>15</sup>.

*Alter*, na sua simplicidade, coloca vários problemas. Em primeiro lugar, cumpre-nos notar ser esta a segunda vez que tal *cognomen* surge registado; a outra reporta-se a um caso de Roma patente em duas inscrições da época de Tibério-Nero, tratando-se aí de um escravo (CIL V 2, 6254 e 6255; KAJANTO 1982<sup>2</sup>: 294; SOLIN 1996: 149 col. 1).

O seu significado é evidentemente derivado do adjectivo *alter* com o sentido de “outro relativamente a um primeiro”, ou seja, “segundo” (ERNOUT/MEILLET 1985<sup>4</sup>: 22 col. 1). A raridade do *cognomen* *Alter* justifica-se, assim, pela esmagadora frequência do seu equivalente *Secundus*<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Consideramos apenas os casos não cristãos.

<sup>14</sup> ILER 236; consideramos aqui implícitos os casos em que o indivíduo é designado apenas por um único nome, *Augustinus/-a*: ILER 3010, 4285; HAEp 2438; GONZÁLEZ 1982: n.º 385.

<sup>15</sup> PEREIRA MENAUT 1979: n.º 59; HAEp 2470; consideramos aqui implícitos os casos em que o indivíduo é designado por formação onomástica trianomial mas sem filiação e tribo, tratando-se de inscrições funerárias: CIL II 1704, 2931, 4407.

<sup>16</sup> Note-se o registo, aliás também na Hispânia Romana (CIL II 3027 e CIL II<sup>2</sup>/14,

A forma genitiva *Alteris*, constante no texto em estudo, revela-nos que, no entanto, não se trata de uma mera e directa adopção antroponímica do referido adjectivo. *Alteris*, que se inscreve na 3ª declinação dos nomes substantivos, reporta-se pois a uma substantivação do adjectivo *alter*, o qual apenas depois dessa sua transformação morfológica sofre a presente antroponimização. Não se trata assim simplesmente de um qualquer “outro”, mas sim de “o outro”, “o segundo”, indivíduo concreto numa seriação concreta – neste caso reportando-se à ordem do nascimento, se de facto estivermos perante um cidadão; ou da ordem de aquisição, se *L. Cassius Alter*, ora *dominus* de *Euticus*, for afinal um liberto.

*Cassius* e *Licinius* representam gentílicos frequentes em muitas partes do Império (LÖRINCZ 1999: 41; id. 2000: 26-27), e ainda na Península Ibérica (ABASCAL 1994: 108-109 e 168-173) e na Lusitânia (AALR: 135-136 e mapa 80; 212-213 e mapa 167) – embora bem mais o segundo que o primeiro. No âmbito da *Provincia Lusitania* e no total de 26 diversos gentílicos com bastante ou relativo significado quantitativo, *Cassius* ocupa o 19.º lugar, mas *Licinius* o 6.º (AALR: 407).

A importância da *gens Cassia* no *Ager olisiponensis* – território onde surge com mais abundância entre os de todas as *ciuitates* hispânicas – é um dado histórico consabido e já várias vezes estudado (cf., v.g., LOYSANCE 1986: 276-279 e fig. 49). Hoje podemos indexar aqui mais de duas dezenas de casos: *CIL* II 177, 179, 191, 204, 207, 208, 4998 e 5099, no *oppidum*; *CIL* II 265, 267, 282, 283, 5012, 5013, *ILER* 877, FERREIRA 1977: 206, PEREIRA 1938 e mais cinco inéditas,<sup>17</sup> nas zonas rurais – destas, a terça parte concentra-se ao longo do eixo São Miguel de Odrinhas – Faião – Armês<sup>18</sup>; além dos olisiponenses *C. Cassius Atius* (*HEp* 3: 192), *M. Cassius Sempronianus* (*CILA* II 281) e de sua *contubernalis Cassia Zoe* (*CILA* II 282).

---

288), de um outro raríssimo *cognomen* – também apenas dois casos – que, até certo ponto, se pode colocar a par de *Alter*; referimo-nos a *Initialis* (LÖRINCZ 1999: 194 col. 2), forma substantiva de origem adjectival que KAJANTO (1982<sup>2</sup>: 294) supõe significar, como antroponimo, «first-born» – ou seja, corresponder afinal ao vulgaríssimo nome *Primus* e seus derivados.

<sup>17</sup> MASMO, n.ºs inv. F/LR/74/1 (Faião), MTL/LR/87/1 (Montelavar), ALMA/LR/60/1 (São Miguel de Odrinhas/Almarjão) e GSC/LR/90/1 e GSC/LR/90/2 (Granja do Casal de Santa Cruz).

<sup>18</sup> No que respeita à importância epigráfica desta estreita faixa territorial durante o Alto-Império, cf. CARDIM-RIBEIRO 2013: 358-362.

Os *Licinii* assumem também especial expressão em *Olisipo*, embora possamos encontrar outros núcleos igualmente representativos noutras *ciuitates* hispânicas (cf., v.g., DYSON 1980-1981, 280-283). O seu actual número, no *Ager olisiponensis*, ultrapassa mesmo o dos *Cassii*, avultando agora nas zonas rurais: *CIL* II 173, 178, 230=231 e *ILER* 6308, no *oppidum*; *CIL* II 265, 304, 305, 306, 307, 308, 323, 5021, *ILER* 2418, 2521, 3327, 3339, 4130, 5178, 6185, *HAEP* 1218, 1224, 1617, 1618, 2132, 2645 e duas outras inéditas, nos *agri*<sup>19</sup> – destas, um pouco mais de metade concentram-se ao longo do eixo São Miguel de Odrinhas – Faião – Armês.

### 1.9. Tipologia do monumento

Conforme constatámos, o anónimo autor que, no século XVIII, transcreveu a epígrafe de Armês/Lameiras declara que esta constava numa pedra «lavrada e ovada». Por “lavrada” devemos entender aqui, não coberta com quaisquer especiais ornamentos, mas sim – simplesmente – feita, trabalhada, afeiçoada, distinguindo-se pois de um monólito bruto<sup>20</sup>; e, por “ovada”, arredondada<sup>21</sup>.

Na posse destas genéricas indicações, cruzando-as com o que sabemos acerca das tipologias de monumentos funerários vulgares no território olisiponense, poderemos deduzir que, com certa probabilidade – se não estivermos diante de um inesperado suporte formalmente inusitado –, se tratará ou de um cipo de secção arciforme, ou de uma estela de topo arredondado.

Todavia, quanto ao cipo de secção arciforme, ou *cupa*, tão comum nos campos olisiponenses (cf. CAMPOS 2012), apesar da sua sobressaliente calote costuma, pela predominante horizontalidade, assinalável porte e genérica feição, dar antes azo a designações vulgares do tipo

<sup>19</sup> MASMO, n.ºs inv. F/LR/56/8 (Faião) e FAC/LR/15/1 (Fação).

<sup>20</sup> Cf., v.g., Moraes SILVA 1789: 11 col. 1: «Lavarar; (...) fazer qualquer obra de mãos, v.g. (...) “lavarar estatuas”».

<sup>21</sup> Quanto a “ovada”, diz-nos Raphael BLUTEAU (1720: 138 col. 2): «Ovado, ou figura ovada, assim chamada da semelhança, que tem com o ovo. Não dista como o círculo igualmente por todas as partes do centro, porque a linha de que consta é curva, & imperfeytamente redonda». De onde poderemos deduzir que a lápide de Armês/Lameiras se distinguiria por possuir uma zona arredondada.

“a modo de tumba” (André de RESENDE in *An. Neap.*: fl. 45v.), “caixão” (v.g. CAPEANS 1943: 310), “arca” (CARDOZO 1956: 23) ou “baú” (v.g. Leite de VASCONCELLOS: 2013: 401) – entre outras similares que lhe salientam a referida postura e o amplo volume (cf. CARDIM-RIBEIRO 1974-1977: 307-308). Se fora uma *cupa*, atendivelmente a lápide portadora de CIL II 265 haveria sido designada de um modo similar pelo seu observador.

Uma terceira hipótese remeterá para as estreitas tábulas de topo arredondado do tipo de algumas das que surgiram na necrópole romana da Praça da Figueira, em Lisboa (vd. ALMEIDA/FERREIRA 1965: 101-105 n.ºs V e VI; MOITA 1968: 67-68 n.º 43, 69 n.º 51, est. IX). Estas tábulas poderiam de facto destinar-se, como escreveram alguns autores (ALMEIDA/FERREIRA 1965: *loc. cit.*), a ser encaçadas num dos topos de *cupae structiles*, das quais se conhecem vários exemplares na referida necrópole (v.g., CAMPOS 2002: 471-472), embora até agora nunca se tenha comprovado materialmente a inequívoca associação entre estas coberturas tumulares e tais lápides. Não é pois impossível que hajam antes fechado *loculi* de columbários, sepulcros colectivos porventura também aí existentes (vd. MOITA 1968: 51 col. 1).

Mas, no âmbito do Município Olisiponense, as *cupae structiles* parecem ser específicas da *urbs* – aliás contrariamente às monolíticas de calcário, que até ao momento se documentam apenas nos *agri* (CAMPOS 2012: 471). Por outro lado, nenhuma das poucas tábulas pequenas e não molduradas até agora identificadas nas zonas rurais possui as características daquelas da Praça da Figueira, revelando-se de simples perfil rectangular, desprovidas pois de qualquer curvatura (cf., v.g., SILVA 1944: n.ºs 114 e 144H; Leite de VASCONCELLOS 1914). Acresce que as expressões utilizadas ao ser descrita a descoberta ocorrida em Armês/Lameiras, explicitando que o achador ao lavrar «arrancou» a lápide e a «deitou no caminho», sugerem que se tratava de um monólito pesado.

Em suma, supomos como mais provável – embora sem certezas – que o duplo epitáfio em análise constasse numa estela de topo arredondado, eventualmente reduzida ao troço superior epigrafiado no momento em que o arado ou a enxada a trouxe à superfície.

Neste ponto da nossa análise coloca-se a seguinte questão: ¿tratar-se-ia de uma estela geminada, como aquelas que, noutras regiões portuguesas, exibem colunas textuais paralelas? (cf., v.g., Leite de VASCONCELLOS 1913: fig. 169; *RLLS*: n.º 308); ¿ou de uma estela

singela, embora com a inscrição em duas colunas, de que também há exemplos na Lusitânia? (cf., v.g., Leite de VASCONCELLOS 1913: figs. 168 e 170).

Acontece que não possuímos qualquer paralelo para esta situação em todo o território do Município Olisiponense, onde os epitáfios duplos – ou mesmo múltiplos – se distribuem, no campo epigráfico, uns debaixo dos outros<sup>22</sup>, e nunca em colunas paralelas. Note-se ainda que a gramática decorativa comum nas estelas geminadas, ou mesmo nas simples de outras regiões, é excepção no território em análise, onde a quase totalidade das lápides inventariadas se cingem aos seus geométricos contornos. Aliás, se no monólito em análise estivesse patente algum ornamento, por certo que o seu descriptor não deixaria de no-lo indicar e descrever.

No Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas conserva-se, no entanto, uma lápide regional inédita proveniente da Granja dos Serrões (n.º inv. GS/LR/60/7) que, embora inferiormente truncada e – pelo menos na actualidade – anepígrafa, pode ser descrita, *a priori*, como estela geminada (vd. FIG. 2). O estado de perfeito acabamento das suas superfícies impede-nos, ou pelo menos dificulta-nos, de encarar esta peça como representando um trabalho incompleto, eventualmente faltando ainda fender a meio e na vertical o monólito e transformá-lo, assim, em duas diferentes estelas simples. A ausência de vestígios literais poderia no entanto apontar para um produto ainda imperfeito, mas na verdade ignoramos se o tempo não terá afinal apagado todos os traços porventura aí outrora gravados, ou mesmo tão só pintados.

¿Seria a lápide de Armês/Lameiras formalmente idêntica a esta da Granja dos Serrões? É uma possibilidade. Todavia, talvez então a sua descrição houvesse sido um pouco mais complexa, e não apenas circunscrita ao adjectivo “ovada”.

### 1.10. Proposta cronológica

Alguns pormenores do desenho da epígrafe, que conforme constatámos seguirão de perto as suas mais evidentes e reais características

---

<sup>22</sup> Em *cupae*, estelas de topo arredondado, cipos prismáticos, tábulas molduradas ou blocos de torres funerárias.

paleográficas, poderão orientar-nos na tentativa de atribuir uma cronologia ao monumento em análise.

Assim, os TT com a barra extremamente curta e os NN – pelo menos um – inclinados sobre a direita do observador encontram evidentes paralelos noutras inscrições dos *agri olisiponenses*, entre as quais destacaremos a ara consagrada *Araco Arantoniceo* (CIL II 4991, Manique de Baixo, Cascais, cf. ENCARNAÇÃO 2001<sup>2</sup>: 19-23 n.º 1), a estela de topo arredondado de *Aleba Arconis filia* (CIL II 5223, Mafra; cf. MATIAS 2005: 90-91 n.º V; RLLS: n.º 289) e a lápide de *Potio Arconi* (HAEp 1623, Sintra; cf. CARDOZO 1958: 21 n.º 11)<sup>23</sup>.

Todos estes monumentos são considerados bastante antigos no âmbito da prática epigráfica documentada no Município Olisiponense. Não será temerário atribuí-los à época de Augusto, concretamente aos anos de transição a.C./d.C. Talvez o duplo epitáfio de *Augustinus* e de *Euticus* possa remontar a este mesmo período, ou a uma fase algo posterior mas ainda precoce.

## 2. A inédita estela funerária de *[G(aius)] Licinius Bassus*

Embora a redacção do presente artigo seja actual, a análise que fizemos do manuscrito da BNL remonta já a 1993, situando-se ainda nessa época a reconstituição que concebemos da epígrafe e a reunião de muitos dos elementos de estudo ora utilizados. Assim, pese estarmos desde logo convictos, atendendo à adequabilidade dos resultados conseguidos, quanto à bondade da proposta interpretativa formulada, durante algum tempo tentámos reencontrar a lápide de Armês/Lameiras sobretudo a fim de poder confirmar com plena segurança a exactidão do respectivo texto – procurando pois, por assim dizer, a prova absolutamente cabal das deduções que efectuámos. Conforme referimos já, tal busca nunca foi afinal coroada de êxito. Porém, em 1995 ocorreu em Armês, no decurso da recuperação de uma das mais antigas casas do centro da povoação<sup>24</sup>, a descoberta de nova lápide romana – a trun-

---

<sup>23</sup> Mal lida, até agora, como *[P]lotio Arc(io ?)*.

<sup>24</sup> Ainda hoje provida de uma porta secundária para o exterior delimitada por cantarias tardo-góticas.

cada metade superior de uma estela de topo arredondado<sup>25</sup> – exibindo uma inscrição sem dúvida relacionada com o duplo epitáfio perdido, de acordo com a restituição que dele lográmos estabelecer; e que, assim, constituía em si mesma uma contraprova, embora indirecta e parcial, dessa mesma restituição. Tratava-se, afinal, da epígrafe funerária de um [-] *Licinius Bassus* o qual, atendendo a várias circunstâncias – compatibilidade cronológica, efectiva proximidade de local do achado (vd. FIG. 3) e invulgaridade da relação antroponímica presente<sup>26</sup> –, consideramos ser, com segurança praticamente absoluta, o *dominus* de *Augustinus servus*.

### 2.1. A lápide (FIGS. 4 e 5, em cima)

Grande fragmento superior de estela de topo arredondado, esculpida em calcário microcristalino com laivos rosados – vulgo “encarnadão” – característico das pedreiras de Lameiras. Muito erodido do lado direito (para o observador); e, em muito menor escala, do lado esquerdo. Faces frontal e laterais alisadas; face posterior deixada em rude.

Dimensões: alt. actual 134 cm; larg. na parte mais ampla conservada 46,5 cm; espess. média 31 cm. Originalmente deveria atingir uma altura de aprox. 220 cm.

### 2.2. O epitáfio (FIGS. 4 e 5, em baixo)

A 44,5 cm do topo inicia-se um epitáfio distribuído por três linhas. Campo epigráfico de 23 cm de altura por c. 44 cm de largura máxima original, assaz erodido do lado esquerdo (para o observador) e muito deteriorado do lado direito. Ampla zona central em bom estado de conservação. Atendendo à implantação das letras que restam das duas primeiras linhas e à inerente reconstituição contextual, e observando ainda a terceira regra que se encontra completa, verifica-se que o *ordinator*

---

<sup>25</sup> Então recolhida no MASMO, foi-lhe atribuído o n.º inv. AR/LR/95/1.

<sup>26</sup> Recordemos a raridade do *cognomen Bassus* no *Ager Olisiponensis*: apenas três exemplos, dois dos quais precisamente em Armês: este e o de CIL II 265.

desenhou a epígrafe em função de um eixo vertical central, embora sem estrito rigor.

Altura das letras de módulo normal: entre 5,5 e 6 cm; espaços interlineares: 2 cm; prof. dos traços: 2,5 mm. Pequeno A de CAL(eria): alt. 2,9 cm; larg. na base 2,5 cm.

[-·]LICINIUS[-·F]  
CAL·BAS S[VS]  
 H · S · E

*[-] Licinius Bassus [- f(ilius)] / Cal(eria) Bassu[s] / h(ic) s(itus) e(st) //*

«*[-] Licinius Bassus, [filho de -] (e inscrito na tribo) Caleria, está aqui sepultado*».

Por uma questão de escrúpulos, resistimos em reconstituir, na leitura e na tradução, o *praenomen* de *Licinius*, já que na própria lápide não subsistem quaisquer vestígios do mesmo. Mas, por confronto com *CIL II 265*, decerto seria [*G(aius)*].

### 2.3. Análise paleográfica e proposta cronológica

Assinalemos: (a) o A (linha 2) e o V (linha 1) plenamente simétricos e entre si equivalentes na proporção, o traço 3 do A (barra) oblíquo, subindo da esquerda para a direita; (b) o B (linha 2) com o traço 4 (curva superior) e o traço 5 (curva inferior) desiguais, o primeiro como se fora de um P aberto, o segundo conferindo volume à letra – ambos entre si bem proporcionados e equilibrados; (c) os CC bastante largos e abertos; (d) o E (linha 3) com os traços 2, 3 e 4 (barras) iguais entre si, de comprimento equivalente a metade da altura do traço 1 (haste), o medial bem centrado; (e) L (linha 2) equivalente ao E antes descrito; (f) o H (linha 3) e o N (linha 1) bastante estreitos, entrando neste aspecto em dissonância com as restantes letras; o traço 3 (barra) do H um pouco subida, o N plenamente vertical; (g) os SS (linhas 2 e 3) todos a rigor similares e desenhados a três tempos, com o traço 1 (oblíquo) apresentando uma inclinação algo mais acentuada que a das oblíquas do A, do V e do N (estas idênticas entre si); traços 2 e 3 quase rectos, curvando apenas no ponto de união com o traço 1.

Quanto às características textuais do epitáfio, verificamos o clássico modelo circunscrito à identificação trianomial e de cidadania – filiação e tribo – do defunto, seguida da fórmula funerária mais antiga, singela e estandardizada: *h(ic) s(itus) e(st)*.

O desenho das letras, a sua harmoniosa ordenação e ainda o cariz lacónico do texto, levam-nos pois a atribuir o presente monumento, de uma forma lata, à primeira metade do séc. I d.C., embora a uma época já posterior a Augusto. Assim, entre a morte de *Augustinus*, advinda talvez nos alvares da Era, ou pouco depois, e a de [*G(aius)*] *Licinius Bassus*, terão porventura decorrido entre duas a três décadas. Isto se confiarmos nos indícios paleográficos subsistentes na anónima transcrição de *CIL II 265* e no seu aparente significado cronológico. Infelizmente, nem o epitáfio do *dominus* nem o do *servus* nos revelam a idade com que faleceram, dado que poderia ajudar a melhor compreender a relação etária e temporal entre ambos existente. Mas tal lacuna deve-se afinal, sobretudo, ao próprio cariz arcaico dos textos em análise, singelamente limitados – como vimos – aos essenciais dados identificadores dos respectivos defuntos: onomástica pessoal e definição social. Aliás, neste aspecto estamos perante composições paralelas, obedecendo aos mesmos critérios conceptuais e culturais, característicos – *lato sensu* – de um mesmo período: o Júlio-Claudiano.

#### 2.4. O surpreendente pequeno A de *CAL(eria)* (FIG. 6)

Deixámos para o fim a análise do A em módulo menor e menos profundamente gravado – mas sem dúvida antigo – que se conjuga, como nexa, com o incompletíssimo C de *CAL(eria)*. Nada, porém, o distingue na aparência do A de módulo normal que antes descrevemos, inclusive na ligeira obliquidade do traço 3 (barra), senão o facto de ora estarmos perante uma letra miniaturizada. O que, aliás, também por si mesmo não constitui qualquer motivo de admiração, pois a presença de letras em módulo menor na *ordinatio* epigráfica é um fenómeno muitíssimo vulgar por todo o Império e, com maior ou menor intensidade, em todas as épocas – sem excepção do território olisiponense, em que surgem com frequência desde Tibério até, pelo menos, aos Flávios.

O que é único neste pequeno A não é pois o seu módulo, a sua função ou o seu *ductus*, mas sim o seu concreto posicionamento: não no centro do C com o qual forma nexa, mas sim sobreposto ao traço

inferior desse mesmo C. Situação para a qual, confessamos, não conhecemos qualquer paralelo.

¿Que teria provocado, pois, tão anómala decisão? Dentro do C havia espaço mais do que suficiente para aí gravar o pequeno A, de acordo com o vulgar procedimento em casos similares. Nestes – e recorrendo apenas a exemplos regionais, da “Zona Ocidental” do Município Olisiponense –, não só encontramos AA<sup>27</sup>, DD<sup>28</sup> ou II<sup>29</sup> de módulo menor centrados no interior de CC ou de GG, mas também, em alguns casos, o duplo conjunto literal AL<sup>30</sup>.

Mesmo se houvera um esquecimento ao gravar-se o texto e assim se efectuasse agora a conseqüente correcção – como de facto poderá pensar-se, até atendendo à gravação mais ténue da letra em análise –, esta poderia ter sido facilmente acrescentada segundo os moldes habituais. Apenas conseguimos entrever, pois, uma razão para que, afinal, se tenha abandonado a norma e se haja optado por tão estranha colocação: a presença, já à época, do pequeno defeito do suporte pétreo patente no interior do C. Mas – convenhamos – nada nos possibilita saber se tal dano remontará de facto à época da feitura da epígrafe. E, mesmo que na verdade uma deterioração pontual aí então existisse, deveremos porém questionar-nos se não teria sido viável – aliás com presumível facilidade – corrigir tão ténue irregularidade, rebaixando imperceptivelmente a superfície pétrea neste ponto preciso e alisando-a. Afinal de contas, há que assumir em pleno a nossa efectiva ignorância quanto ao que se terá passado. Apenas nos cumpre, assim, registar e evidenciar este raro pormenor paleográfico, aguardando que eventuais futuros paralelos, nesta ou noutra região, possam lançar alguma luz sobre o porquê desta inesperada evidência, que transforma uma lápide vulgar num caso até certo ponto especial.

No fim de contas, como de tantos modos e em tantas ocasiões nos ensinou e demonstrou José d’Encarnação, não existem inscrições, singelas que sejam, que de uma forma ou de outra não levantem problemas de análise e que, assim, não nos ofereçam sempre renovados motivos

---

<sup>27</sup> CIL II 265; CAPEANS 1943: 297-299; CARDIM-RIBEIRO 1982-1983: 231 (fig. 31) e 333-346 n.º 5 (figs. 69, 70, 74 e 75); CARDOZO 1956: 69 n.º XXII; MATIAS 2005: 107-109 n.º XI; e uma inédita (MASMO, n.º inv. AR/LR/91/1).

<sup>28</sup> CARDIM-RIBEIRO 1982-1983: 166-175 (figs. 4, 6, 7, 8, 9 e 10).

<sup>29</sup> MATIAS 2005: 107-109 n.º XI.

<sup>30</sup> CIL II 267; e uma inédita (MASMO, n.º inv. AM/LR/93/1).

de interesse – embora por vezes simples detalhes – para melhor procurarmos reconstituir certos episódios ou circunstâncias do quotidiano em Romanidade e seu reflexo nas práticas epigráficas coetâneas.

## BIBLIOGRAFIA

- AALR*: vd. NAVARRO, Milagros; RAMÍREZ, José Luis (2003).
- ABASCAL, Juan Manuel (1994) – *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia: Universidad.
- ALBERTOS, María Lourdes (1964-1965) – Nuevos antropónimos hispánicos, *Emerita* 32-33, Madrid, p. 209-252 e 109-143.
- ALBERTOS, María Lourdes (1966) – *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania. Tarraconense y Bética*, Salamanca: CSIC.
- ALBERTOS, María Lourdes (1972) – Nuevos antropónimos hispánicos (2.<sup>a</sup> serie), *Emerita* 40, Madrid, p. 1-29 e 287-318.
- ALBERTOS, María Lourdes (1977) – Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena..., *Emerita* 45, Madrid, p. 33-54.
- ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira (1965) – Varia Epigraphica, *Revista de Guimarães* LXXV, Guimarães, p. 82-109.
- An. Neap.*: vd. *Anonymus Neapolitanus*.
- Anonymus Neapolitanus*, Biblioteca Nacional de Nápoles, Códice V, E, 18.
- BEM, Thomaz Caetano de (1794) – *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental*, II, Lisboa: na Regia Officina Typografica.
- BLUTEAU, Raphael (1720) – *Vocabulario Portuguez & Latino*, VI, Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva.
- CAMPOS, Ricardo (2012) – As *cupae* do *ager Olisiponensis*. In J. Andreu (ed.), *Las Cupae Hispanas: Origen, Difusión, Uso, Tipología*, Tudela: UNED-Fundación Uncastillo, p. 451-476.
- CAPEANS, Rosa (1943) – Antiguidades de Faião, Silva e Cabrela (Sintra). In *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Quarto Congresso, VIII: Secção Ciências Históricas e Filológicas*, Porto: Imprensa Portuguesa, p. 288-303.
- CARDIM-RIBEIRO, José (1974-1977) – Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona Oeste do Município Olisiponense, *O Arqueólogo Português* s. III 7-9, Lisboa, p. 277-329.
- CARDIM-RIBEIRO, José (1982-1983) – Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus, *Sintria* I-II, Sintra, p. 151-476.
- CARDIM-RIBEIRO, José, coord. (2002) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDIM-RIBEIRO, José (2013) – Ptolomeu, *Geogr.* II, 5, 6: XPHTINA ou \*APHTINA?. In M. C. Pimentel e P. F. Alberto (eds.), *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos*

- de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo*, Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, p. 343-379.
- CARDOZO, Mário (1956) – *Catálogo das Inscrições Lapidares do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra: Câmara Municipal.
- CARDOZO, Mário (1958) – Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra), *Revista de Guimarães* LXVIII, Guimarães, p. 355-376.
- CICCOTTI, Ettore (1891) – I sacerdoti municipali e provinciali della Spagna e gli Augustali nell'epoca imperiale romana, *Rivista di Filologia e d'Istruzione Classica* 19, Torino, p.1-84.
- CIL II: vd. HÜBNER, Emil (1869).
- CIL VI. 2: vd. HENZEN, Wilhelm; ROSSI, Giovanni Battista de (1882).
- CILA II: vd. GONZÁLEZ, Julián (1991-1996).
- DIAS, Maria Manuela Alves (1998): Para um repertório das inscrições romanas do território português (1995), *Euphrosyne* n.s. 26, Lisboa, p. 465-469.
- DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura (1995) – Inscrição dedicada a um possível natural de Útica, proveniente de Lisboa, *Ficheiro Epigráfico* 49, Coimbra, n.º 223.
- [*Documentos sobre moedas e inscrições epigráficas sobretudo romanas*], volume-miscelânea conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, cota COD. 425 (antiga cota B, 2, 34).
- DUTHOY, Robert (1978) – Les Augustales. In *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II 16.2, Berlin-New York: Walter de Gruyter, p. 1255-1309.
- DYSON, Stephen L. (1980-1981) – The distribution of Roman Republican family names in the Iberian Peninsula, *Ancient Society* 11-12, Leuven, p. 257-299.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2001<sup>2</sup>) – *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais: Câmara Municipal.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine (1985<sup>4</sup>) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, Paris: Éditions Klincksieck.
- ÉTIENNE, Robert (1974<sup>2</sup>) – *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris: E. de Boccard.
- ÉTIENNE, Robert (1976) – Julio Mangas Manjarres, “Esclavos y Libertos en la España Romana”, *Archivo Español de Arqueología* 49, Madrid, p. 211-224.
- FERREIRA, Octávio da Veiga (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos inéditos ou pouco conhecidos (3.ª parte), *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa* 83, Lisboa, p. 203-218.
- GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa: INCM.
- GONZÁLEZ, Julián (1982) – *Inscripciones Romanas de la Provincia de Cádiz*, Cádiz: Diputación.
- GONZÁLEZ, Julián (1991-1996) – *Corpus de Incripciones Latinas de Andalucía*, II: Sevilla, Madrid: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- HENZEN, Wilhelm; ROSSI, Giovanni Battista de (1882) – *Inscriptiones Urbis Romae Latinae*, 2 (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, VI.2), Berlin: apud Georgium Reimerum.

- HOLDER, Alfred (1961-1962<sup>2</sup>) – *Alt-Celtischer Sprachschatz*, Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt.
- HAEp*: vd. *Hispania Antiqua Epigraphica*.
- Hispania Antiqua Epigraphica* 6-7 (1955-1956), 8-11 (1957-1960) e 17-20 (1966-1969), Madrid: CSIC.
- HEp*: vd. *Hispania Epigraphica*.
- Hispania Epigraphica* 1 (1989), 3 (1993), 6 (1996) e 7 (1997), Madrid: Ministerio da Cultura e Universidad Complutense.
- HÜBNER, Emil (1869) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae (Corpus Inscriptionum Latinarum, II)*, Berlin: apud Georgium Reimerum.
- ILER*: vd. VIVES (1971-1972).
- KAJANTO, Iiro (1982<sup>2</sup>) – *The Latin Cognomina*, Roma: Giorgio Bretschneider Editore.
- LÖRINCZ, Barnabas (1999) – *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum, II*, Wien: Forschungsgesellschaft. Wiener Stadtarchäologie.
- LÖRINCZ, Barnabas (2000) – *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum, III*, Wien: Forschungsgesellschaft. Wiener Stadtarchäologie.
- LÖRINCZ, Barnabas; REDÖ, Franciscus (1994) – *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum, I*, Budapest: Archaeolingua Alapítvány.
- LOZANO, Arminda (1998) – *Die griechischen Personennamen auf der iberischen Halbinsel*, Heidelberg: Universitätsverlag C. Winter.
- LOYSANCE, Marie-France (1986) – A propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, diffusor olearius, *Revue des Études Anciennes* 88, Bordeaux, p. 273-284.
- MANGAS, Julio (1971) – *Esclavos y Libertos en la España Romana*, Salamanca: Universidad.
- MARTÍN, Julián de Francisco (1989) – *Conquista y Romanización de Lusitania*, Salamanca: Ediciones Universidad.
- MATIAS, Carla (2005) – Epigrafia romana de Mafra, *Boletim Cultural 2004*, Mafra: Câmara Municipal.
- MOITA, Irisalva (1968) – Achados da época romana no subsolo de Lisboa, *Revista Municipal XXIX* 116-117, Lisboa, p. 33-71.
- NAVARRO, Milagros; RAMÍREZ, José Luis, coords. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Burdeos: Ausonios. Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen Age.
- NEUMANN, Karl Johannes (1896) – Augustales. In Wissowa, G. (ed.), *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, II.2, Stuttgart: J. B. Metzler, col. 2349-2361.
- PALOMAR, Manuel (1957) – *La Onomástica Personal Pre-Latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca: CSIC.
- PEREIRA, Félix Alves (1938) – Antiquitvs XXIX, *O Archeologo Português XXX*, Lisboa, p. 149-153.
- PEREIRA MENAUT, Gerardo (1979) – *Inscripciones Romanas de Valentia*, València: Museu de Prehistòria de València.

- PREMERSTEIN, Anton von (1961<sup>2</sup>) – Augustales. In Ruggiero, E. de (ed.), *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, I, Roma: L'Erma di Bretschneider, p. 824-877.  
*RLLS*: vd. CARDIM-RIBEIRO, José, coord. (2002).
- SERRANO, José Miguel (1988) – *Status y Promoción Social de los Libertos en Hispania Romana*, Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad.
- SILVA, Antonio de Moraes (1789) – *Diccionario da Lingua Portuguesa*, II, Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SILVA, Augusto Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa: Publicações da Câmara Municipal.
- SOLIN, Heikki (1982) – *Die Griechischen Personennamen in Rom*, Berlin-New York: Walter de Gruyter.
- SOLIN, Heikki (1996) – *Die Stadtrömischen Sklavennamen. Ein Namenbuch*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- SOLIN, Heikki; SALOMIES, Olli (1988) – *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*, Hildesheim-Zürich-New York: Olms-Weidmann.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção (1826) – *Obras* II, Lisboa: na Typographia Silviana.  
*TLL*: vd. *Thesaurus Linguae Latinae*.  
*Thesaurus Linguae Latinae*, vol. II, 1900-1906, Leipzig: E. Lommatzsch.
- VALLEJO, José María (2005) – *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, (*Anexos Veleia*, Series Minor 23), Vitoria/Gasteiz: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1914) – Inscrição romana de Sintra, *O Archeologo Português* XIX, Lisboa, p. 84.
- VIVES, José (1971-1972) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona: CSIC.

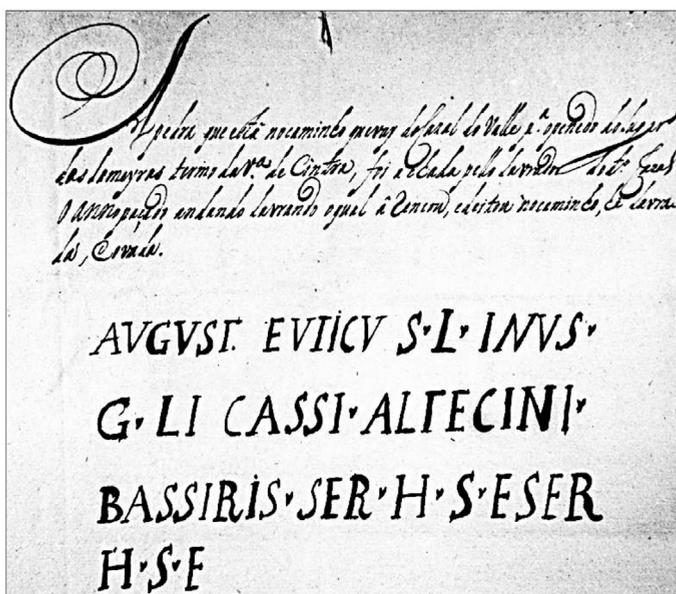


FIG. 1 – O fl. 94 do COD. 425 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

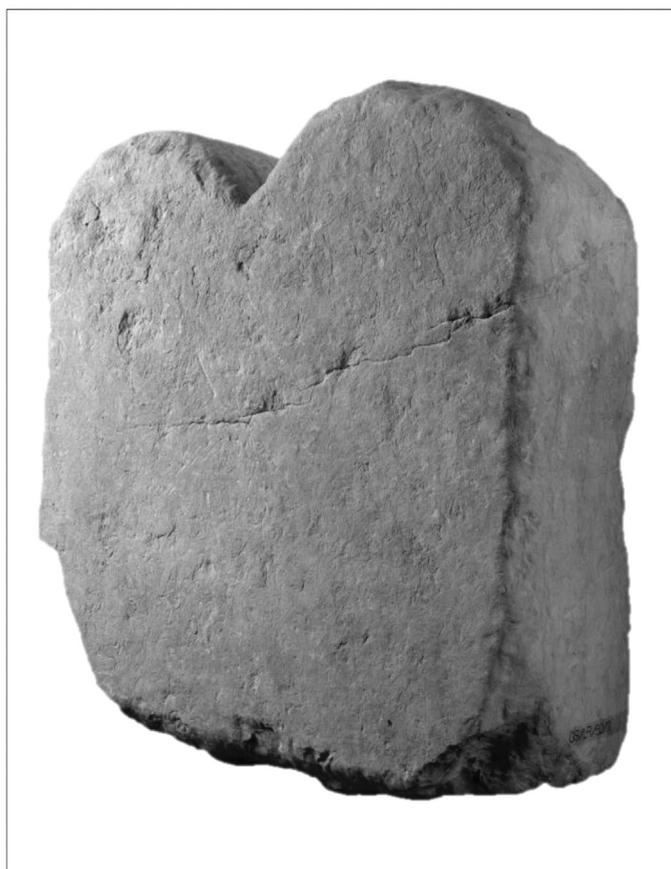


FIG. 2 – *A estela geminada (actualmente) anepígrafa da Granja dos Serrões, Sintra (MASMO n.º inv. GS/LR/60/7).*

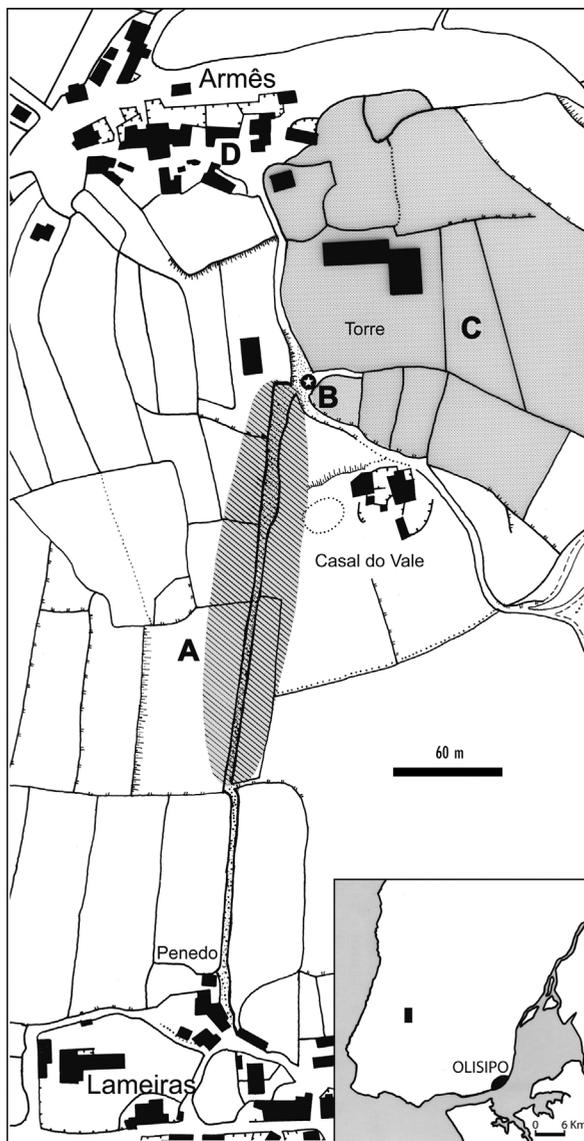
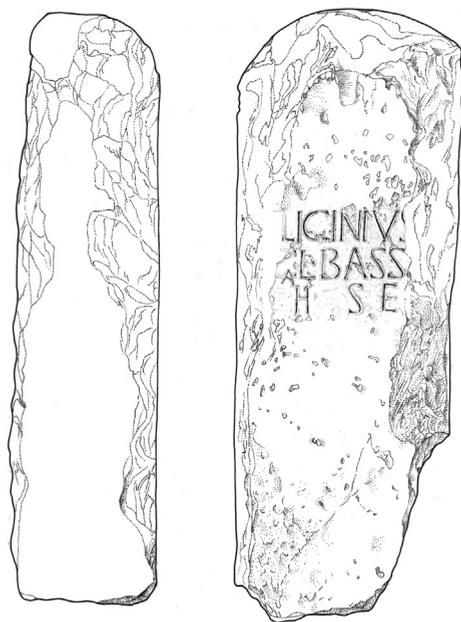


FIG. 3 – A aldeia e o sítio arqueológico de Armês, Sintra: A - área onde foi achado CIL II 265;  
 B - fonte romana coberta pela lápide com a inscrição CIL II 260;  
 C - terrenos de lavoura, férteis em materiais arqueológicos; D - estela funerária de [-] Licinius Bassus.



20 cm



5 cm

FIG. 4 – A estela e o epitáfio de [-] Licinius Bassus, Armês, Sintra.  
(Desenho de Ana Neves, MASMO).



FIG. 5 – A estela e o epitáfio de [-] Licinius Bassus, Armês, Sintra.



FIG. 6 – Linha 2 da inscrição de [-] Licinius Bassus:  
o pequeno A tenuemente gravado sobre o desgastado traço inferior do Ç de CAL(eria).